



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

ANEXO I

DECLARAÇÃO PARA LANÇAMENTO DE ITBI E SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DE EMPREENDIMENTO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL

01 - DADOS DO IMÓVEL		
Inscrição Imobiliária (Nº do IPTU):	Cartório: <input type="checkbox"/> 1º Ofício <input type="checkbox"/> 2º Ofício	Matrícula do Cartório:
Área do terreno:	Área de Construção:	Fração Ideal:
Endereço:	Bairro:	Nº:
Distrito:	Município: PORTO VELHO	Pericrinal a ser avaliado:
02 - DADOS DO ADQUIRENTE (COMPRADOR)		
Nome:	CPF ou CNPJ:	
Endereço:	Bairro:	Nº:
Distrito:	Município:	U.F.:
E-mail:	Telefone:	
03 - DADOS DO TRANSMITENTE (VENDEDOR)		
Nome:	CPF ou CNPJ:	
Endereço:	Bairro:	Nº:
Distrito:	Município:	U.F.:
E-mail:	Telefone:	
04 - DADOS DA TRANSAÇÃO		
Natureza:	<input type="checkbox"/> Compra e Venda <input type="checkbox"/> Partilha <input type="checkbox"/> Outros _____	
Tipo de Instrumento:	<input type="checkbox"/> Contrato Particular <input type="checkbox"/> Escritura Pública <input type="checkbox"/> Outros _____	
Data da Transação:	Valor da Transação (Em moeda corrente):	
05 - REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE ITBI - EHS		
Ilmo. Sr. (a) Secretário (a) Municipal de Fazenda A empresa já identificada no item 02 como adquirente, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei Complementar 359/2009, vem perante Vossa Senhoria requerer a ISENÇÃO TOTAL DO ITBI , considerando que o imóvel adquirido destina-se a construção de Empreendimento Habitacional de Interesse Social, conforme documentação comprobatória juntada aos autos.		
06 - TERMO DE RESPONSABILIDADE		
Informações prestadas de forma incorreta, incompleta ou inverídica configuram hipótese de crime contra a ordem tributária prevista no artigo 2º da Lei nº. 8.137, de 27 de dezembro de 1990, sem prejuízo das demais sanções penais e administrativas cabíveis. Declaro, sob as penas da Lei, serem verdadeiras as informações e os documentos apresentados.		
Nome do Adquirente ou Representante Legal:	CPF:	Telefone:
Assinatura do Adquirente ou Representante Legal:	Local: PORTO VELHO/RO	Data: / /

NOTA: Havendo mais de um transmitente e/ou adquirente, preencha mais vias desta Declaração (tantas quantos forem os demais adquirentes e/ou transmitentes), exclusivamente, nos itens "3" e/ou "5" e "6".

Decreto nº. 12.729/2012 - Anexo I

I - TRANSFERÊNCIA POR COMPRA E VENDA COM ISENÇÃO - EHS:

- 1 - Declaração para lançamento de ITBI devidamente preenchida e assinada por uma das partes ou pelo tabelião responsável pela lavratura da Escritura Pública (disponível no site www.portovelho.ro.gov.br);
- 2 - Termo de recebimento e aceitação de imóvel pelo programa, expedido pela instituição financeira responsável pela contratação da obra;
- 3 - Certificado de que a obra é de interesse social, emitido pela Secretaria Municipal de Regularização Fundiária (SEMUR) ou cópia de instrumento particular, com efeito de escritura pública, de compra e venda de imóvel para execução de EHS, tendo como contratantes/compradores o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e a instituição financeira oficial executora do programa e como executora/contratada empresa do ramo da construção civil;
- 4 - Certidão de Inteiro Teor atualizada;
- 5 - Escritura Pública de Compra e Venda ou cópia de instrumento particular, com efeito de escritura pública, de compra e venda de imóvel para execução de EHS, tendo como contratantes/compradores o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e a instituição financeira oficial executora do programa e como contratada empresa do ramo da construção civil, se não apresentada em atendimento ao item "3" acima;
- 6 - Cópia da cédula de identidade e CPF do representante legal da executora do empreendimento ou procuração pública, acompanhada da cópia da cédula de identidade e CPF do procurador;
- 7 - Certidão de Regularidade Fiscal do Imóvel Urbano.
- 8 - Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 9 - Contrato social e alterações, se houver;
- 10 - Taxa de abertura de processo original, emitida na inscrição imobiliária, devidamente recolhida.

II - DOCUMENTOS A SEREM SUBSTITUÍDOS, CONFORME O CASO:

ITEM	EM CASOS DE:	SUBSTITUIR A ESCRITURA PÚBLICA POR:
1	Transferência por Partilha	Petição Inicial dos bens partilhados e Formal de Partilha homologado
2	Transferência por Adjucação	Sentença ou Intimação do judicial
3	Transferência por Alienação Fiduciária	Contrato de Alienação Fiduciária
4	Transferência por Arrematação	Carta ou Auto de Arrematação
5	Transferência por Cessão de Direitos Hereditários	Contrato de Cessão de Direitos Hereditários
6	Transferência por Renúncia dos Direitos Hereditários	Declaração de renúncia com homologação judicial
7	Transferência na Divisão Amigável	Contrato de Divisão Amigável
8	Transferência por Permuta	Contrato de Permuta

OBSERVAÇÕES:

- Não serão aceitas cópias da Declaração para Lançamento de ITBI e da Taxa de Expediente com abertura de processo.
- O contribuinte poderá ser representado por procurador, mediante instrumento público e poderes expressos e específicos.
- Nos casos em que a assinatura do contribuinte for substituída pela do seu representante legal, a cópia do instrumento e dos documentos pessoais do procurador deverá constar da relação a ser apresentada no momento da formalização do processo.
- Todos os campos do formulário de Declaração para lançamento de ITBI são de preenchimento obrigatório, nos quais deve ser utilizado, preferencialmente, processo datilográfico ou eletrônico, não sendo permitidas emendas rasuras ou entrelinhas, bem como acréscimos ou supressões diversas daquelas constantes do modelo aprovado.
- Deverá ser emitida uma Declaração para lançamento de ITBI e aberto um processo para cada imóvel.